



O aumento dos recursos do Fundo Monetário Internacional vai reduzir significativamente o risco sistémico dos mercados emergentes

O aumento dos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) facilitou a reforma da política de empréstimos daquela instituição e levou à introdução de uma nova linha de crédito flexível (LCF). A LCF vai proporcionar aos mercados emergentes considerados “bem geridos” um substancial financiamento à cabeça. Já os países emergentes “pior geridos” vão continuar a ter acesso apenas aos tradicionais financiamentos “stand by” (dependentes de reformas económicas). O aumento nos recursos do FMI deverá, portanto, reduzir as preocupações sobre a capacidade do Fundo em ajudar os mercados emergentes.

As decisões tomadas pelo G20 há pouco mais de um mês relacionadas com o financiamento adicional do FMI reduziram fortemente o risco de uma crise sistémica nos mercados emergentes. O Fundo verá, no

curto prazo, os seus recursos duplicados de 250 mil milhões de dólares para 500 mil milhões de dólares. Progressivamente, este montante chegará aos 750 mil milhões de dólares. Da cimeira também saiu o pedido para que aumentassem os empréstimos concedidos pela banca de ajuda ao desenvolvimento (“multilateral development banks”) aos mercados emergentes. Todas estas medidas ajudaram a melhorar o sentimento dos investidores face aos países com economias em desenvolvimento.

O novo meio de financiamento do FMI, a chamada LCF com condicionalidade “ex ante”, oferece condições bastante atractivas, nomeadamente ao nível das condições financeiras. A condicionalidade “ex ante” significa que apenas os países “bem geridos” terão acesso a esta linha de crédito. Este meio de financiamento é uma forma de sinalizar aos investidores que

os países emergentes “bem geridos” terão um acesso quase ilimitado a liquidez, aliviando o receio dos investidores sobre uma possível crise de liquidez nestes países. A Colômbia já solicitou a abertura de uma LCF, enquanto o México e a Polónia estão prestes a fazê-lo. Espera-se que outros países emergentes se sigam nas próximas semanas.

Contrariamente a outros episódios de “paragem súbita”, desta vez a grande maioria dos governos dos mercados emergentes continua a ter acesso aos mercados de capitais internacionais. Agora, o problema reside não na capacidade dos Estados se financiarem mas sim na capacidade das empresas em manterem ou obterem novos financiamentos junto de bancos do G10. Países que ao longo dos anos foram acumulando grandes cambiais denominadas em moeda estrangeira, como o Brasil, têm

conseguido contornar esta situação dando como garantia para novos financiamentos essas mesmas reservas cambiais. Para o caso dos estados que ao longo dos anos foram acumulando menores reservas, as linhas de crédito flexível (LCF) deverão facilitar extraordinariamente a capacidade de financiamento do seu sector privado.

A reforma posta em prática e o aumento dos recursos do Fundo deverão reduzir os receios relacionados com um colapso financeiro nos mercados emergentes – receios esses que até podem ter sido exagerados numa primeira fase. O sentimento dos investidores relativamente aos mercados emergentes deverá permanecer volátil, movendo-se em sintonia com as condições dos mercados financeiros dos países desenvolvidos. Não obstante, o acordo do G20 limitou em muito o risco associado a estes países.